



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DA
EDUCAÇÃO
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO DO
CAMPO

DAYANE DE O. CAMURÇA
KALARKIANE PONTES DA SILVA

INCLUSÃO: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE
SINAIS - LIBRAS NAS ESCOLAS DO CAMPO

JOÃO PESSOA – PB

2015

DAYANE DE O. CAMURÇA
KALARKIANE PONTES DA SILVA

**INCLUSÃO: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE
SINAIS - LIBRAS NAS ESCOLAS CAMPO**

Trabalho de conclusão de curso- TCC
apresentando na disciplina de Estágio
Supervisionado, Em supervisão Escolar e
orientação Educacional em cumprimento das
exigências para obtenção do diploma de
graduação em pedagogia especializada em
Educação do Campo.

ORIENTADORA: PROF^a ESP. LIVANEIDE GUEDES DE AQUINO SILVA

JOÃO PESSOA – PB

2015

C211i Camurça, Dayane de O.

Inclusão: um olhar sobre a prática da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS nas escolas do campo / Dayane de O. Camurça, Kalarkiane Pontes da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2015.
39f. ; il.

Orientador: Livaneide Guedes Aquino Silva
Monografia (graduação em Pedagogia – Educação do Campo) – UFPB/CE

1. Educação inclusiva. 2. Surdos. 3. Educação – zona rural.
I. Silva, Kalarkiane Pontes da. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 376.7 (043.2)

DAYANE DE O. CAMURÇA

KALARKIANE PONTES DA SILVA

**INCLUSÃO: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE
SINAIS - LIBRAS NAS ESCOLAS CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em ___/___/___

**PROF. ESP. LIVANEIDE GUEDES DE AQUINO SILVA
ORIENTADORA**

PROF. DR. FÁBIO DO NASCIMENTO FONSECA

PROF. Dra^a TAÍSA CALDAS DANTAS

JOÃO PESSOA – PB

2015

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, pelo dom de nossas vidas.

Aos nossos pais, que não apenas nos colocaram no mundo, mas nos ensinam a nele viver lutando para sermos pessoas melhores sempre.

Aos nossos familiares e amigos que nos incentivaram nessa caminhada dia após dia.

À nossa orientadora, Professora Livaneide Guedes, pela paciência e dedicação.

Aos professores do curso de Pedagogia do campo, especialmente Fábio Fonseca, Socorro Xavier, Luciano Souza, que nos mostra a importância de ser um pedagogo.

À todos os que direta ou indiretamente contribuíram e nos acompanharam nessa trajetória que não damos por terminada, mas que continuará durante nossas vidas.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso abordará o seguinte tema: **Inclusão. Um olhar sobre a prática da Língua Brasileira de Sinais - Libras nas escolas do campo**, onde discorrerá sobre os 'surdos' e 'educação do campo', no qual será analisado no decorrer do trabalho se a prática de Libras com os educandos surdos ocorre efetivamente nas escolas do campo. Para tanto a metodologia apresentada se dar através de uma entrevista, realizada na escola do campo, com uma professora que leciona em uma sala multisseriada, onde foram feitos alguns questionamentos como, por exemplo: O professor está preparado para atender alunos surdos? O professor fez curso de Libras, ou se interessou em fazer? Existe um intérprete de Libras em sala de aula? A escola tem estrutura pedagógica para trabalhar com pessoas que tenham algum tipo de deficiência? A inclusão nas escolas e principalmente em sala de aula acontece? Dessa forma inicialmente apresentaremos o conceito e história da educação do campo, uma retrospectiva da educação dos surdos e da educação inclusiva, os marcos legais da educação dos surdos, o papel do tradutor e intérprete de Libras e a análise da entrevista, onde os resultados revelaram o quanto é difícil à inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares.

Palavra-chave: Inclusão; Surdos; Educação; Zona Rural.

ABSTRACT

This work Completion of course covers the following topic: Inclusion. A look at the practice of Brazilian Sign Language - Libras in schools of the field, which will talk about the 'deaf' and 'rural education', which will be analyzed in this work is the practice of Pounds with the deaf students actually occurs in schools field. Therefore the methodology presented is through an interview, held in the school field, with a teacher who teaches in a multiserial room, where they were made some questions such as: Is the teacher prepared to meet deaf students? The teacher made course Pounds, or interested in doing? There is a Sign Language interpreter in the classroom? The school has pedagogical structure to work with people who have a disability? Inclusion in schools and especially in the classroom happens? Thus initially present the concept and history of rural education, a retrospective of deaf education and inclusive education, the legal frameworks of deaf education, the role of the translator and interpreter of Pounds and the analysis of the interview, where the results revealed how difficult the inclusion of deaf students in mainstream schools.

Keyword: Inclusion; Deaf; Education; Rural Zone.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO II – CONCEITO E HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	11
2.1 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	11
2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DO EDUCADOR.....	13
CAPÍTULO III -A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS	16
3.1 BREVE RETROSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS	16
3.2 MARCO LEGAL PARA A INCLUSÃO DOS SURDOS NAS ESCOLAS REGULARES.....	17
3.3 O PROFISSIONAL TRADUTOR E INTERPRETE DA LÍNGUA DE SINAIS	20
3.4 A LIBRAS -LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E SUA IMPORTÂNCIA	21
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	23
4.1 CAMPO DE PESQUISA E PARTICIPANTES	23
4.2 ANÁLISES DOS DADOS	25
CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	31
APÊNDICE	
ANEXO	

I - INTRODUÇÃO

A inclusão escolar vem crescendo nos últimos anos, e muitas famílias vêm matriculando seus filhos com algum tipo de deficiência nas escolas regulares, sendo nos dias atuais mais frequentes a presença de aluno com deficiência na escola. Mas o que se pode perceber, é que são poucas as escolas que recebem e tratam bem esses alunos, ou que os tratam por iguais.

A proposta do tema surgiu do questionamento de como está ocorrendo à inclusão nas escolas do campo, avaliando se realmente é posta em prática pelo corpo docente da escola, se ocorre na sala de aula ou se é apenas uma forma de cumprir a lei sem interesse na aprendizagem dos alunos com deficiências.

Em 2007 o Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD lança o documento **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**, cuja introdução destaca que:

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente e inovador, e ganhou força a partir da instituição, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos. [...] Para se conceber uma educação a partir do campo e para o campo, é necessário mobilizar e colocar em cheque ideias e conceitos há muito estabelecidos pelo senso comum. Mais do que isso, é preciso desconstruir paradigmas, preconceitos e injustiças, a fim de reverter às desigualdades educacionais, historicamente construídas, entre campo e cidade [...]

Em outro capítulo o documento amplia discussões sobre sustentabilidade e a diversidade, afirmando que:

[...] Os conceitos relacionados à sustentabilidade e à diversidade complementam a educação do campo ao preconizarem novas relações entre as pessoas e a natureza e entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas.

Levam em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política e cultural, bem como a equidade de gênero, étnico-racial, intergeracional e a diversidade sexual.

A educação do campo sempre foi excluída não diretamente das políticas públicas, mas com problemas de investimentos por parte do governo. A exclusão dos povos do campo não é de hoje, já vem de muitos anos, onde muitos movimentos no campo aconteceram, mas em grande maioria sem retorno, ou sem sucesso. Todo ser humano dever ser contemplado com educação, com estudo, escola de boa qualidade e ensino regular para todos, sem exclusões, e distinções. Povos do campo, ou gente de roça, necessitam dos estudos para aprender a lidar ainda mais com suas plantações, com sua agricultura com sua mão de obra agrícola, e deve ser ofertado ensino de qualidade, o que infelizmente não é a realidade atual. LEITE apud JÚNIOR E NETO salienta que:

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: gente da roça não carece de estudos. “Isso é coisa de gente da cidade” (LEITE, 1999, p.14 apud JÚNIOR e NETO)

Sabe-se que a realidade da educação do campo no Brasil e em específico no estado da Paraíba, quando se tratando de estrutura física escolar, é realmente precária, bem como a formação de professores capacitados para ensinar aos alunos do campo, onde a grande maioria tem apenas o ensino médio, o que acaba prejudicando no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, entendendo que todo professor comprometido com a prática pedagógica deve conhecer metodologias para lidar com seu alunado, e suas especificidades. A falta de material didático para se trabalhar com os alunos e atividades diferentes que fujam de suas rotinas, constituem também dificuldades enfrentadas pelos profissionais e dificulta diretamente o trabalho dos professores.

De acordo com a Lei Nº 10.436/02 entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras, a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Assim pode-se afirmar que é um sistema linguístico legítimo e natural, utilizado pela comunidade surda brasileira como a primeira língua, facilitando a comunicação dos

surdos, quando chegam a escola regular, onde irão estudar algo novo e diferente do que eles já sabem.

É notório, no entanto, que pouco se tem orientações para esses casos, ou seja, a maioria dos professores não tem nenhuma formação de curso, ou especialização na área de educação especial, nem ao menos o curso de LIBRAS, que deveria ser oferecido obrigatoriamente e gratuitamente para os professores, facilitando assim a comunicação com os alunos surdos, atribuindo a isso a falta de interesse e investimento por parte do governo na formação dos professores.

De acordo com Sant'Ana, apud O'Donoghue; Chalmers((2000), estudos recentes sobre a atuação do professor em classes inclusivas apontam que o sucesso de sua intervenção depende da implementação de amplas mudanças nas práticas pedagógicas quais sejam: a adoção de novos conceitos e estratégias, como a educação cooperativa.

A inclusão para ser de fato válida, e afirmar que está correndo efetivamente nas escolas regulares para alunos surdos, precisa que tenha a integração de alunos com e sem deficiência auditiva, professores, funcionários, a gestão da escola, bem como o ensino de Libras deve ser posto no Projeto Pedagógico da escola, e nos planos de aulas dos professores.

Pesquisa que mais adiante será colocada e explicada mostra que a maioria das pessoas com deficiência, especificamente surdos, não frequentam a escola regular de seus municípios, buscam estudos nas cidades próximas, e em sua maioria em fundações que atendem apenas pessoas com deficiência, onde a própria prefeitura dos municípios financia o ônibus que os levam para cidades vizinhas. Iremos no decorrer do trabalho expor o porquê dessa escolha dos alunos, ou da família de irem para outros lugares.

Para tanto nossa pesquisa abordará no primeiro momento a trajetória da educação do campo e a formação do educador. Em seguida, discutiremos sobre uma breve retrospectiva da educação dos surdos, os marcos legais e a importância da Libras. Por último situaremos o campo da pesquisa, participantes e análises dos dados.

II – CONCEITO E HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

2.1 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo surgiu tardiamente e ao longo de sua história vem passando por períodos de exclusão e de lutas sociais, sendo negados os direitos conquistados nas últimas décadas no que se refere à educação básica conforme afirma em seu artigo POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: percursos históricos e possibilidades Júnior e Neto apud Arroyo, Caldart e Molina (2004):

A escola, no meio rural, foi tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços ocorridos nas duas últimas décadas como o reconhecimento e a garantia do direito à educação básica.

De acordo com literatura especializada a educação até as primeiras décadas do século XX, era destinada a uma minoria privilegiada, sendo vista nesse período como privilégio ou favor, objeto de caridade e de ações humanista (BATISTA, 2011), no entanto, vem ganhando força histórica e institucional a partir da reconfiguração da ordem política. Leite (1999) enfatiza que a educação rural por sua vez atribuída a motivos socioculturais foi relegada a planos inferiores, não havendo assim apoio necessário por parte do Estado para o surgimento e desenvolvimento das escolas rurais, que foram construídas tardiamente. Segundo o Parecer CNE/CEB, 36/2001:

No Brasil, todas as constituições contemplaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi dado ao tema a partir de 1934. Até então, em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem eminentemente agrária, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se, de um lado, o descaso dos dirigentes com a

educação do campo e, do outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo. (Brasil, 2001)

É o que discorre sobre isso Batista (2001) ao afirmar que, a educação do campo tem conquistado espaço quer seja no cotidiano pedagógico, na agenda dos governos municipais, estaduais e federais, na opinião pública e no ordenamento jurídico brasileiro, atribuindo a isso o fato de que a luta pela assunção da educação do campo é multidimensional e tem acontecido em diferentes frentes: na produção criativa de práticas e experiências concretas, na formulação de campanhas, programas e políticas públicas específicos, na produção do conhecimento, na circulação de uma ordem discursiva pertinente e na proclamação de atos jurídicos próprios. Uma nova forma de pensar o campo e uma educação voltada para ele contribui para o desenvolvimento de currículos e períodos de estudos diferenciados daqueles que são vistos nas salas de aula das cidades.

Compreende-se que a educação deve estar pautada nas concepções teórico-metodológicas de uma educação popular, entendida como: uma educação comprometida com os segmentos populares da sociedade cujo objetivo maior deve ser o de contribuir para a elevação da sua consciência crítica, do reconhecimento da sua condição de classe e das potencialidades transformadoras inerentes a essa condição (VALE, 1992, p.57).

As lutas e resistências dos movimentos sociais do campo por uma educação diferenciada logrou alguns êxitos que foram materializados na constituição de 1998, considerada cidadã, e na LDB (Lei de Diretrizes e Bases Nacional, de 1996), onde propõe, em seu artigo 28, medidas de adequação da escola à vida do campo, questão que não estava anteriormente contemplada em sua especificidade, sendo de grande importância para a educação, pois considera a educação como processo complexo e que o corre tanto na escola como na sociedade. Conforme Verdério et al:

Nas últimas duas décadas no Brasil, tem conquistado certo fôlego o movimento de luta por uma Educação do Campo. Tal luta é fruto da mobilização dos Movimentos Sociais Populares do Campo, os quais tem assumido a responsabilidade de lutar pelo direito do povoado do campo à educação. Assim, a luta por

uma Educação do Campo se vincula às inquietações e disputas que assola o campo brasileiro. (VERDÉRIO, et al, 2012).

Outro ponto característico da educação do campo é a questão de seu sistema de ensino ter salas multisseriada, onde alunos de séries diferentes dividem espaço em uma mesma sala com o mesmo professor.

No artigo intitulado Classes multisseriadas: desafios e possibilidades ROSA 2008 apud Rabello e Goldenstein (1986) destaca que:

Ao analisarem e proporem uma forma de atuação para as classes multisseriadas, apontam algumas dificuldades encontradas que não são, necessariamente, especificidades de organização destas classes. São elas: a) a idealização da classe homogênea por parte do professor, que a considera mais fácil para se trabalhar; b) a dificuldade de se elaborar um planejamento que esteja vinculado às reais condições da classe; c) o atendimento aos diferentes níveis de aprendizagem. (ROSA 2008 apud RABELLO e GOLDEISTEN 1986)

Cita ainda as seguintes limitações destacadas pelos professores ao lecionarem em classes multisseriada. ROSA 2008 apud FERRI (1994, p. 67),

- a) o professor sente solidão e está, de fato, isolado;
- b) há dificuldade de atendimento individual aos alunos;
- c) as crianças têm dificuldade em se adaptarem à 5ª série;
- d) o professor acumula cargos: é também merendeiro, faxineiro, diretor, secretário;
- e) existem dificuldades de acesso ao material didático e às bibliotecas;
- f) atender quatro séries ao mesmo tempo é muito trabalhoso;
- g) as crianças de 1ª série, no processo de alfabetização, são muito prejudicadas, pois não têm a atenção de que necessitam;
- h) planejar para quatro séries, fazer quatro planos por dia é demais; (ROSA 2008 apud FERRI, 1994,P.67)

2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DO EDUCADOR

Nas escolas do campo ensina e aprende sobre o campo a partir deles (sem deixar considerar a cultura geral), tendo como sujeitos sociais a serem estudados, os próprios

sujeitos que aprendem a partir de suas experiências cotidianas.

Assim o campo passa a ser cada vez mais um espaço de estudos e pesquisas e ações que objetivam o desenvolvimento sociopolítico e, por conseguinte, um desenvolvimento que respeita as subjetividades camponesas e suas práticas sociais, é o que afirma Freire (2008). Neste sentido, o estudante é formado para refletir sobre sua realidade e a partir dela, valorizando sua cultura e buscando o fortalecimento dos grupos sociais envolvidos com o lugar.

Na realidade do campo hoje em dia, podemos perceber através de estágios nas escolas do campo durante nossa formação acadêmica, que a realidade camponesa está fugindo de suas raízes, ou seja a educação e o ensino-aprendizagem estão sendo espelhados na metodologia de ensino das escolas urbanas, deixando a cultura e identidade campesina de lado, trazendo o esquecimento histórico de lutas e conquistas de todo um povo.

Quanto à formação dos professores (as) das escolas do campo, não se há uma exigência, onde qualquer pessoa que tenha ao menos a modalidade de ensino médio no currículo pode dar aula, e sem experiência nenhuma lecionam para uma turma.

Em nossa trajetória acadêmica através de uma atividade realizada no decorrer do curso, observamos que nas escolas do campo deve-se ensinar e aprender sobre o campo a partir deles sem deixar de considerar a cultura geral. O campo hoje passa a ser cada vez mais um espaço de estudos e pesquisas e ações que objetivam o desenvolvimento sociopolítico e, o estudante é formado para refletir sobre sua realidade e a partir dela, valorizando sua cultura e buscando o fortalecimento dos grupos sociais envolvidos com o lugar necessitando para isso de profissionais capacitados. Compreendemos enfim que para resgatar e construir uma identidade do homem e da mulher do campo é necessário que haja mudanças culturais e comportamentais. A educação no campo enquanto fundamento histórico recria o conceito de camponês, utilizando o “campo” como símbolo significativo, referindo-se assim, ao conjunto de trabalhadores que habita no campo.

Entende-se que a educação rural sempre foi preconcebida a partir de uma ótica da educação pensada e executada nas cidades. No Brasil, o campo sempre foi visto como um espaço que carece da cidade para ser pensado, ou seja, o espaço rural sempre foi entendido como subordinado ao espaço urbano, tanto ideologicamente quanto

economicamente. A educação do campo pensa o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos (FERNANDES MOLINA, 2004, p.64).

Esta nova forma de pensar o campo e uma educação voltada para ele contribuiu para o desenvolvimento de currículos e períodos de estudos diferenciados daqueles que são vistos nas salas de aula das cidades. Nesse contexto, a educação deve estar pautada nas concepções teórico-metodológicas de uma educação popular, entendida como uma educação comprometida com os segmentos populares da sociedade cujo objetivo maior deve ser o de contribuir para a elevação da sua consciência crítica, do reconhecimento da sua condição de classe e das potencialidades transformada inerentes a essa condição (VALE, 1992, p.57). A educação praticada no campo acompanhava o pensamento de que rural significa ultrapassado, antigo. Havia apenas uma educação imposta de cima para baixo, sem a participação dos sujeitos principais do processo, os próprios camponeses.

Segundo Martins (2009) um dos principais elementos que consolidam e dão solidez a prática da educação do campo é o envolvimento com a comunidade. As políticas para a chamada “educação rural” sempre tiveram como objetivo uma vinculação a um projeto de ruralidade do país. Para o autor os conteúdos da educação rural estão a serviço de um projeto de agricultura e de campo, em que a mecanização e a inserção do controle químico das culturas são prioridades em detrimento das condições de vida do homem no campo.

O documento que trata das referências para uma política nacional de educação do campo destaca que apesar da importância do professor no processo de progressão e aprendizado do aluno, a condição de trabalho desses profissionais tem-se deteriorado cada vez mais. No caso específico da área rural, além da baixa qualificação e salários inferiores aos da zona urbana, eles enfrentam, entre outras, as questões de sobrecarga de trabalho, alta rotatividade e dificuldades de acesso à escola, em função das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para locomoção (BRASIL, 2003).

III -A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS

3.1 BREVE RETROSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

As pessoas com algum tipo de deficiência sempre sofreram preconceito e exclusão da sociedade. O estudo sobre a história dos surdos nos mostra que assim como as demais deficiências, a educação dos surdos vem sendo abordada no decorrer dos anos por várias áreas do conhecimento, gerando discussões por parte da comunidade surda e ouvintes e, está intimamente relacionada a descobertas da medicina.

De acordo com Soares (2005) “é sabido que com os indivíduos surdos, assim como todos os deficientes, foram alvos desde o início da Idade Moderna, de dois tipos de atenção: a médica e a religiosa”.

No entanto em sua opinião alguns médicos que atuavam no campo da surdez, teriam se desviado da medicina, se dedicando a uma prática pedagógica ao investigar a capacidade do surdo para adquirir algum tipo de conhecimento.

Ainda segundo a autora [...] tal investigação foi influenciada pelas ideias de Aristóteles que acreditava que todos os conteúdos da consciência deviam ser recolhidos primeiro por um órgão sensorial e considerava o ouvido como o órgão mais importante da educação. (SOARES, 2005, p.13)

Logo pode inferir que apesar de ser um grande filósofo, Aristóteles se deixou levar apenas pela “lógica” da linguagem, não levando em consideração a superação de cada um, e da sua condição como ser humano, entendendo que pessoas com deficiência são gente, são pessoas capazes de pensar, e de se relacionar com os outros cada um de sua maneira, um com mais dificuldades e outros com menos isso é relativo.

Foi a partir do Renascimento, que os médicos baseados no desenvolvimento da medicina, em especial no ramo da anatomia, dedicaram-se ao estudo dos surdos e das suas possibilidades de aprendizagem. Além dos médicos, religiosos e estudiosos da língua também se dedicaram ao estudo e atuação dos surdos.

No Brasil historicamente a educação dos surdos data de 1855, quando segundo Oliveira (2005):

O então Imperador Dom Pedro II trouxe ao país o professor francês surdo H Ernest Huet, objetivando iniciar um trabalho com surdos. Huet propôs a utilização de um método francês que

utilizava a língua de sinais e a escrita. De acordo com esse método a estimulação da fala e da leitura labial era secundária e houve nesse período o primeiro contato dos surdos brasileiros com a língua de sinais francesa e no ano de 1857 foi fundado no Rio de Janeiro o Imperial Instituto de surdos-mudos tendo Huet como primeiro diretor. (OLIVEIRA 2005, p.55)

Em 1862 Huet deixa a direção do instituto e o Dr. Manuel de Magalhães que assume acaba por comprometer o atendimento aos surdos, atribuindo a isso o fato do mesmo não ser especialista na área. O instituto acaba por influência europeia assumindo o oralismo como método de educação dos surdos e se transformando em um asilo.

Só em 1956 quando o Instituto passou a ser chamado Instituto Nacional de Surdos-Mudos, houve a permissão para que novamente fosse utilizada a língua de sinais pelos alunos em sala de aula e nos espaços sociais, no entanto o uso foi proibido novamente em 1957. Ainda nesse ano o Instituto passou a ser denominado (INES) Instituto Nacional de Educação dos Surdos permanecendo até os dias atuais.

A partir da década de 1970, novos métodos são difundidos no país e nesse período chega ao Brasil a filosofia da Comunicação Total o bimodalismo, onde segundo Quadros (2008, p. 24), ‘O ensino não enfatiza mais o oral exclusivamente, mas o bimodal. O bimodalismo passa a ser defendido como a melhor alternativa de ensino para surdo. Tal proposta caracteriza-se pelo uso simultâneo de sinais e da fala.’”

3.2-MARCO LEGAL PARA A INCLUSÃO DOS SURDOS NAS ESCOLAS REGULARES.

Sabe-se que historicamente a exclusão escolar foi legitimada nas políticas e práticas educacionais.

Em 1961 com a aprovação da primeira Lei De Diretrizes Bases da Educação Nacional – LDBEN, lei nº 4.024/61 era recomendada a matrícula de pessoas com deficiência nas escolas regulares de ensino em seu Art. 88 garantindo:

Art.88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Nesse período as pessoas com deficiência eram tratadas como excepcionais. Excepcional tem muitos significados segundo o dicionário online Priberam quer dizer: Em que há exceção; relativo à exceção; Excêntrico; anormal. Significando ainda, “Que ou quem apresenta deformação física ou insuficiência de uma função física ou mental: que ou quem apresenta uma deficiência = Deficiente”.

No entanto a Lei nº 5.692/71 altera a LDB de 1961, definindo tratamento especial para os alunos que apresentem deficiências físicas, mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados. Por não haver atendimento especial nas escolas regulares, essa mudança na Lei colabora para que os alunos com deficiência sejam encaminhados para escolas especiais como as fundações.

Percebe-se ainda que há uma exceção quanto a matrícula, entendendo que existem alguns casos que devem ser tratados em instituição especializada, pois a criança ou o adulto “portador” de deficiência mais grave necessita de um acompanhamento dedicado de especialistas, e que pode atingir um nível no qual possa ser integrado na escola regular, dependendo assim do grau de deficiência de cada pessoa.

A integração foi um período histórico marcante para as pessoas com algum tipo de necessidades especiais, entende-se por integração “um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica reciprocidade” (BRASIL, 1994, p. 18). Integração escolar “refere-se ao processo de educar ensinar, no mesmo grupo, as crianças com e sem necessidades especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola” (BRASIL, 1994, p. 18).

Em 1973 o Ministério da Educação através do Decreto nº 72.425/73 cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP onde fomenta as ações educativas voltadas para pessoas com deficiência e com superdotação, porém tais ações eram configuradas ainda no assistencialismo.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art.3º, inciso IV). Define no seu artigo 205 “a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. Art 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante no art. 208 inciso III como dever do Estado, a oferta do

atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

De acordo com o documento do MEC Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva [...] A constituição Federal de 1988 já sinaliza para implementação do, no nosso país da educação inclusiva.

Em 1989 é aprovada a Lei 7.853 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, onde estabelecem em seu Art. 1º normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

No ano de 1994 a cidade de Salamanca na Espanha realizou uma Conferência Mundial sobre Educação Especial, ao qual culminou com a elaboração da Declaração de Salamanca, considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social e trata sobre os princípios, políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. e trata sobre os princípios, políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.

A Declaração de Salamanca foi um marco importantíssimo para a Educação Especial, onde foram abrindo portas para os excluídos e dando mais importância aos seus direitos.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9394/96, estabelece no Capítulo V, art. 58:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (LDB 1996)

Em 2013 a LDB foi atualizada e a redação teve a seguinte alteração.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (LDB, 2013)

A assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou em Dezembro de 2006 o texto da Convenção sobre os direitos das pessoas com Deficiência onde o Art. 24 expressa a garantia de que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vive.

Em 2008 o MEC lança o documento A Convenção sobre os Direitos das Pessoas onde Sassakifaz as seguintes ponderações sobre o artigo 24:

Uma escola em processo de modificação sob o paradigma da inclusão é aquela que adotou medidas concretas de acessibilidade [§ 2º, “d” e “e”; § 4º]. Quem deve adotar estas medidas? Professores, alunos, familiares, técnicos, funcionários, demais componentes da comunidade escolar, autoridades, entre outros. Cada uma destas pessoas tem a responsabilidade de contribuir com a sua parte, por menor que seja para a construção da inclusividade em suas escolas. (Brasil, 2008)

Para o autor um dos exemplos de acessibilidade está relacionado a comunicação onde destaca as seguintes ações:

Aprendendo básico da língua de sinais brasileira (Libras) para se comunicar com alunos surdos; entendendo o braile e o sorobã para facilitar o aprendizado de alunos cegos; usando letras em tamanho ampliado para facilitar a leitura para alunos com baixa visão; permitindo o uso de computadores de mesa e/ou notebooks para alunos com restrições motoras nas mãos; utilizando desenhos, fotos e figuras para facilitar a comunicação para alunos que tenham estilo visual de aprendizagem etc. (Brasil, 2008).

A Língua Brasileira de Sinais é a forma mais eficaz de comunicação com os surdos e para os surdos, é através dela que eles poderão se comunicar e se expressar com as pessoas.

Em 2001 a lei 10.172 aprova o plano nacional de educação reafirma o que estabelece a constituição federal sobre o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino e estabelece 28 objetivos e metas para esta área. Dentre eles na meta 11, discorre sobre a implantação, em cinco anos, e generalizar em dez anos, o ensino da língua brasileira de sinais para os alunos surdos e, sempre que possível, para seus familiares e para o pessoal da unidade escolar, mediante um programa de formação de monitores, em parceria com organizações não-governamentais.

Na perspectiva da educação inclusiva, a resolução CNE/CP nº 1/2002,

estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, definindo que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. (Brasil, 2008). Na prática no entanto as formações em pedagogia ainda são insuficientes para que o professor se aproprie de como trabalhar pedagogicamente com cada deficiência.

3.3 O PROFISSIONAL TRADUTOR E INTERPRETE DA LÍNGUA DE SINAIS

Dentre as muitas conquistas dos surdos na sociedade no que se refere ao exercício da cidadania, através da participação nas discussões sociais e objetivando garantir o direito a acessibilidade comunicacional, o profissional intérprete de língua de sinais assume papel de suma importância no processo de inclusão.

Para tanto a secretaria de educação Especial através do MEC lança o material “O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa” apresenta as seguintes definições:

- Intérprete - Pessoa que interpreta de uma língua (língua fonte) para outra (língua alvo) o que foi dito.
- Intérprete de língua de sinais - Pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais.
- Tradutor – pessoa que traduz de uma língua para outra.
- Tradutor-intérprete – Pessoa que traduz e interpreta o que foi dito e/ ou escrito
- Tradutor-intérprete de língua de sinais – Pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresenta (oral e escrita). (MEC, 2007, p.7)

Assim podemos afirmar que a valorização do papel do intérprete de língua de sinais é imprescindível na educação inclusiva, pois eles atuarão diretamente com os

surdos e necessitam também de conhecimentos técnicos para que possa atuar nos diversos espaços sociais do educando.

Atualmente existem diversos cursos de capacitação ofertados para formação desses profissionais. Segundo Paz e Gutierrez:

Tais cursos funcionam como curso de validação, pois são voltados para aqueles profissionais intérpretes empíricos, ou seja, os intérpretes de língua de sinais que atuam sistematicamente sem nenhum tipo de formação acadêmica. (Paz e Gutierrez,2013, p.57)

Outro fato que merece destaque para os autores são os cursos de formação em nível superior, ao qual “esses cursos preveem a formação de intérpretes oferecendo disciplinas que contemplam as competências e habilidades em relação às línguas envolvidas.”

Na educação, o intérprete de língua de sinais será altamente requisitado, uma vez que na grande parte do país, as escolas não são apropriadas para surdos (Pereira 2013). A atuação do intérprete em sala de aula será objeto de estudo de várias pesquisas, pois implicará em revisão Constante de seu papel nos diferentes níveis de ensino.

Deve-se de fato ofertar vagas para cursos de interprete e concursos pelo governo, pois é uma área que vai crescer muito e que infelizmente está em falta, prejudicando os alunos surdos que frequentam as escolas regulares.

3.4 A LIBRAS -LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E SUA IMPORTÂNCIA

No ano de 2002 a Lei 10.436, oficializa a língua brasileira de sinais e reconhece como segunda língua oficial brasileira onde determina em seu Art. 2º que:

Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Houve nessa década avanços significativos no refere à educação de surdos com o decreto 5.626/05 prevê em seu Art. 3º que

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em 2010 a Lei 12.319/10 regulamenta a profissão de Tradutor e Interprete de Libras.

Sabemos que a Libras não é algo que se aprende em alguns meses. É a convivência, em anos de aprendizado, é como aprendermos o português, desde criança, até a fase adulta aprendemos a falar, a escrever. Então Libras não é apenas uma forma de comunicação é uma língua que deve ser estudada e levada mais a sério. Pois boa parte da população é surda, e eles têm que se sentir no nosso mundo, e não como um ser estranho e que pouco sabe.

Segundo Lúria (1986), os processos de desenvolvimento da linguagem incluem o conjunto de interações entre a criança e o ambiente tornando-se necessário desenvolver alternativas que possibilitem os alunos com surdez adquirir linguagem aperfeiçoando esse potencial.

Como já foi dito a criança surda deve aprender desde cedo as duas línguas, Libras e o Português como no caso do Brasil, pois a mente da criança segundo estudiosos é livre, e fácil de aprender o novo. Daí quando adulto ela saberá se comunicar das duas formas. Cabe a família fazer sua parte, inclui-la em uma escola bilíngue, ou se não existir, na escola regular, e em uma fundação especial, pois ela verá as várias formas de ensino e escolherá a que melhor lhe cabe, sabendo que a escola regular é a melhor forma de aprendizagem e interação da criança com o meio social.

Segundo SKLIAR (2005, p. 27): “Usufruir da língua de sinais é um direito do surdo e não uma concessão de alguns professores e escolas”.

O surdo tem o direito de aprender sua língua, então as escolas regulares que atendam alunos surdos, devem buscar o máximo a atendê-lo de forma que esse aluno aprenda sua língua.

Como já abordado anteriormente foi instituída a Libras como disciplina obrigatória nos cursos superiores. A Lei 10.436/02 reconhece oficialmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua e o Decreto 5626/05 que regulamenta a referida lei, assegura o ensino dessa língua nos cursos de formação de professores. Essa

determinação contribuiu para que as Instituições de Ensino Superior (IES) implementassem a disciplina de Libras, obrigatoriamente, na matriz curricular dos cursos de licenciaturas.

Foi um avanço para os surdos, pois antes não havia a disciplina nos cursos de formações superiores. É uma disciplina apenas com seis (6) meses de duração, mas que já é uma base e uma forma de incentivar as pessoas a procurarem um curso de durabilidade maior para aprender a Libras, pois é como aprender o inglês no sentido de descobrir e estudar outra língua. Mas ainda falta as outras áreas implantarem a disciplina de Libras, pois em todos os lugares que existem, sempre irá existir uma pessoa surda para ser atendida e que deve ser entendida e resolvido seus problemas.

IV – METODOLOGIA

4.1 CAMPO DE PESQUISA E PARTICIPANTES

Contextualizando a escola: dados e localização

A pesquisa que fundamentou nosso trabalho foi realizada na Escola Municipal Professor Antônio de Andrade Coelho que recebeu esse nome em homenagem ao um diretor do campo experimental de Itambé (IPA). Inicialmente era uma escola administrada pelo Estado, depois passou a ser do Município, no entanto não se sabe a data da sua fundação, pois ocorreu um acidente que queimou todos os documentos da escola. Ela está situada na Estação Experimental de Itambé, zona rural e atende do primeiro ano ao quinto ano do ensino fundamental. Na escola tem matriculado um aluno com deficiência auditiva também conhecida como hipoacusia surdez (diminuição da audição), porém o mesmo não tem auxiliar e a escola não tem estrutura para atender alunos com necessidades educativas especiais.

De acordo com o seu regimento o objetivo da escola é possibilitar ao educando a capacidade de aprendizagem através de aquisição de conhecimentos e habilidade e a formação de atitudes e valores.

Foi constatado ainda que a mesma não tem biblioteca, quadra de esporte, nem recursos para atender alunos com necessidades especiais. É uma escola multisseriada

que só tem uma professora, não tem diretora na escola. Todo mês tem um planejamento na zona urbana que atende todos os professores da zona rural. O bairro, por ser considerado de classes menos favorecida, enfrenta problemas com a falta de infraestrutura.

PROGRAMAS QUE A ESCOLA PARTICIPA

Parâmetros Curriculares Em Ação

PROGRAMAS Renda Mínima /BOLSA Família

CONTANDO E Cantando Com Fabulas

PNAIC Projeto Nacional Da Alfabetização Na Idade Certa

4.2 ANÁLISES DOS DADOS

Com o objetivo de contextualizar a discussão sobre a preparação do profissional em relação a trabalhar com alunos com deficiência, principalmente com o aluno surdo na escola do campo foi realizada uma entrevista com uma das professoras na escola Municipal Professor Antônio de Andrade Coelho.

Assim foi elaborado um questionário composto de 15 questões sendo 03 objetivas e 12 dissertativas, que foi respondido por uma docente que leciona nas séries de primeiro ao quinto ano, em uma sala multisseriada, que atende várias séries em uma mesma sala situada, para sabermos as dificuldades que enfrentam com os alunos surdos.

No que se refere à formação profissional a mesma tem curso superior em Pedagogia.

De acordo com o questionário a 1ª pergunta é objetiva:

- *Você concorda com a inclusão dos alunos surdo nas escolas regulares?*

A mesma respondeu que sim.

A elaboração dessa questão tinha como objetivo desenvolver uma autorreflexão da profissional no que se refere à inclusão.

O questionário segue com cinco questões dissertativas:

- *Você concorda que os alunos surdos tem melhor desenvolvimento em escolas regulares ou em salas especiais?*

Eles devem se integrar nas escolas regulares, para aprender a língua portuguesa também.

Analisando a resposta da pergunta número dois, não fica clara a sua posição, pois ela foge um pouco da questão e ressalta a importância para ela dos alunos aprenderem o português não se posicionando em qual escola o aluno pode apresentar melhor desenvolvimento.

A terceira questão era sobre a quantidade de alunos surdos na escola o qual consta de apenas um (1) aluno.

Ao ser questionado se ela sentia dificuldades em se comunicar com os alunos surdos ela respondeu:

Eu tenho bastante dificuldade, infelizmente eu tenho que fazer gestos simples, mostrar as tarefas para ele fazer, de forma que ele consiga.

Isso é reflexo da falta de formação dos profissionais para lidar com os alunos surdos que contribui para uma das barreiras impostas pela educação inclusiva que é a barreira comunicacional e que coloca o aluno à margem do processo educacional.

As questões cinco, seis discorrem se ela concorda com o uso da língua de sinais em sala de aula, se concorda com a presença de intérprete de Libras em sala de aula e se tem esse profissional na escola. A resposta é que concorda sim com o uso da Libras em sala de aula onde afirma que:

Se eu soubesse Libras não haveria nenhuma dificuldade para ensiná-lo, e os alunos também interagiriam mais com ele. Quanto a concordar com a presença do intérprete em sala faz a seguinte afirmação: Sim, pois facilitaria muito minha vida, interpretando o que eu quero passar para ele, no entanto não existe a presença desse profissional na escola.

Percebe-se na fala da professora um sentimento de frustração e um desejo de ter um profissional capacitado para ajudá-la nesse processo de comunicação.

As questões oito e nove foram feitas as seguintes perguntas: Em sua opinião os professores da sala regular devem ter formação na Língua de sinais? Você tem curso na área de Libras? De acordo com a resposta ela acha importante a formação em Libras:

Pois é algo que pode ocorrer com qualquer professor, que é receber um aluno surdo em sala de aula. No entanto a mesma não tem formação na área.

A questão dez é se a inclusão dos alunos surdos acontece de fato na escola, ao qual a professora respondeu:

Não, eles são aceitos na escola e em sala de aula, mas é difícil fazer com que ele interage com os outros alunos, ele fica sozinho por opção, gosta de ficar sentando afastado dos colegas, eu que fico integrando com o grupo, talvez ele não se sinta à vontade. A mãe dele falou que vai procurar atendimento em uma escola especial, pois ele não está querendo vir estudar aqui.

Já a questão onze indaga se escola está apta para atender alunos surdos, e obteve a seguinte resposta:

Não. Como é uma escola pequena, e minha sala é multisseriada não há nenhum instrumento para alunos surdos, ou outro tipo de deficiência, a gente trabalha como pode, e eu procuro sempre algo para trabalhar com ele.

As questões doze e treze discorrem os seguintes questionamentos com as respectivas respostas:

- O aluno surdo apresenta dificuldades em entender os conteúdos explicados em sala de aula? *Sim, ele fica até nervoso, grita, e resiste em fazer as tarefas. É complicado.*
- Você utiliza estratégias pedagógica com flexibilização de currículo com o aluno surdo? *Eu faço o que eu posso, sinceramente, não sigo nenhum currículo, eu faço pesquisas e trago atividades diferentes.*

Outro aspecto relevante na educação dos surdos que é a avaliação foi abordado na questão catorze onde foi perguntado: Você utiliza avaliação diferenciada com seu aluno surdo? Segundo a professora:

Ele é novo aqui, entrou no final do ano passado, eu faço as mesmas avaliações, mas ele não faz nada, ele não sabe português, e fala um pouco de Libras, mas também não escreve Libras.

Essa resposta da professora nos faz pensar, nos recursos que são oferecidos para que o aluno ainda continue nesta escola, onde como ela mesma diz: “ele não faz nada, ele não sabe português”. Entendemos que o aluno está na escola é para aprender, e cabe a professora mesmo que não saiba Libras procurar informações, métodos, para trabalhar com esse aluno, professor comprometido é aquele que busca o melhor para seus alunos.

A questão final abordava: Qual a sua opinião sobre a educação inclusiva? Ao qual a professora respondeu.

Eu acho muito importante a inclusão, porém se fosse algo que beneficiasse os alunos e principalmente os professores, ela seria mais eficaz. Não temos aqui na cidade nenhum curso de LIBRAS, e o governo não oferece. E os alunos surdos ou outro tipo de deficiência que entra na escola, não ficam muito tempo, justamente pela falta de material e de atendimento para eles. Então aqui não existe inclusão, apenas aceitação dos alunos que nos procuram.

Percebe-se que apesar da responsabilidade com as cinco turmas, e um aluno surdo sem intérprete, o que dificulta o desenvolvimento das crianças, a professora concorda com a inclusão de alunos surdo em sala de aula onde ela ver nisso um desafio. A professora tem muita dificuldade de trabalhar com aluno surdo, por não ter um intérprete em sala de aula, e relata que o fato de não ter curso de libras na cidade fica difícil bem como o acesso dela para realizar curso em outro município. A professora ressalta ainda que se ela soubesse libras não passava por tantas dificuldades e se todas as salas de aula tivessem um intérprete isso facilitaria muito a vida dos professores.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os surdos no contexto histórico brasileiro, sempre foram excluídos da sociedade, e principalmente proibidos de contato social, como trabalhar e estudar por exemplo. Visto como seres incapazes. Hoje em dia no século XXI o surdo tem mais espaço e com o passar dos anos conquistaram muitos avanços, apesar das dificuldades e preconceitos ainda existentes na nossa sociedade.

Em 1994, a Declaração de Salamanca (UNESCO,1994) proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p.330).

No entanto na prática as escolas aceitam os alunos com deficiências, porém aceitar e inclui-los são duas coisas diferentes, e já vimos escolas que até transferem alunos, por exemplo, surdos, por não haver intérprete, ou cuidador, que é o nome que se dar a pessoa que cuida de um aluno com deficiência. Em caso de cadeirantes, muita escola não tem rampas ou bebedouros e banheiro adaptado, então se torna mais complicado de um aluno com essa especificidade conviver, e ter prazer em estudar em uma escola regular.

Em conversa informal a professora relatou ainda que o aluno surdo já havia demonstrado interesse em sair da escola, justamente por não estar se sentindo bem em relação à convivência e seu próprio entendimento.

Apesar de existir a lei e de já estar sendo exercida há alguns anos, vemos que ainda hoje na atualidade, muitos professores não têm preparação para lidar com pessoas com algum tipo de deficiência, principalmente os surdos, que tem uma língua própria, mas que muitas pessoas não conhecem, e não sabem se comunicar, e nem se interessam a aprender. Na cidade de João Pessoa, por exemplo, existem fundações que oferecem o ensino de Libras, nas universidades é ofertada em alguns cursos a disciplina de Libras, mas com duração apenas de um período, o que não é suficiente para sabermos nos comunicar e compreender uma pessoa surda. Entendemos no entanto que o governo seja ele estadual ou municipal deveriam ofertar na educação e em outras áreas cursos

preparatórios de Libras, pois seja qual for o local de trabalho sempre irá aparecer uma pessoa surda, e que precisará de alguém que o compreenda.

Nas escolas em grande maioria não se tem interprete em sala de aula, o que acaba com o abandono de pessoas surdas nas escolas, que findam por buscar matrículas em instituições que os atendam especificamente, onde terão convívio com alunos iguais a ele. Existem professores qualificados, inclusive surdos moderados, que conseguiram falar e ouvir um pouco, no entanto ainda é insignificante a quantidade desses profissionais nas escolas regulares.

A inclusão deveria ser realmente o que a palavra quer dizer: o ato de incluir, mas na própria sala de aula existe a exclusão, onde os alunos com deficiência são tratados diferentes dos outros que não tem deficiências e que são excluídos do grupo, sempre em cadeiras na frente demais, ou atrás demais na sala de aula. Então para de fato existir a inclusão, deve se investir mais na preparação dos professores para que eles saibam lidar com as diferenças fazendo com que essas pessoas se sintam acolhidas e que sejam tratadas como as outras, por igual, sem discriminação. O surdo tem muita dificuldade em se comunicar, pois não existe em todos os lugares um intérprete de LIBRAS, como por exemplo, em bancos, hospitais, lojas, supermercados, e etc. onde na maioria das vezes não resolvem problemas simples por que ouvintes não conseguem compreendê-los.

Concluimos, portanto que de acordo com a escola visitada a verdadeira inclusão de alunos com deficiência não se dará somente com a criação de leis, decretos, que obriguem o acesso de alunos surdos, na escola regular, sem que estas escolas tenham garantido a estrutura física e materiais adequados e qualificação dos professores como um curso de Libras, e cursos preparatórios que ensinem a trabalhar com pessoas com necessidades especiais para que lhe permita receber esses alunos de forma correta.

Um fato que nos deixou triste foi saber que ao final da pesquisa a escola multisseriada foi fechada, e que os poucos alunos que ali existiam, foram "obrigados" a irem para cidade, saindo do seu conforto de estar perto de sua casa para se locomover para outra localidade. Daí nos vem à questão do "ser" do campo, cada vez ele vem perdendo sua identidade, onde saem de suas origens, por não terem investimento algum por parte do governo, ora, é mais fácil usar verbas numa escola grande que já tem muitos alunos, do que investir numa escola "pequena" onde existem poucos alunos e que seja totalmente afastada da "GRANDE" cidade. O melhor para o governo nem

sempre é o melhor para o povo, e muitas vezes essas pessoas do campo fecham seus olhos, e aceitam perderem seus direitos, por medo de lutar.

O que acontece é que as escolas do campo vivem em uma situação precária comparando com as escolas da zona urbana e, precisam de mudanças principalmente no que se refere a profissionais capacitados para lidar com alunos com deficiência, pois a presença desses profissionais já ocorre em maior quantidade nas escolas da zona urbana. Na prática as escolas da zona rural são esquecidas das políticas públicas e muitas vezes até os próprios moradores fecham os olhos e acabam inclusivamente aceitando tudo, assim percebemos que o campo vai perdendo cada vez mais a sua própria identidade.

Devemos como futuras educadoras lutar por esses direitos que atendem a educação especial e fazer a diferença em sala de aula, sempre buscando conhecimentos e métodos diferentes para se trabalhar.

REFERÊNCIAS

BRASIL.. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil Brasília, DF: Senado, 1988.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010. 73 p.

EDUCAÇÃO & LINGUAGEM • ANO 11 • N. 18 • 222-237, JUL.-DEZ. 2008. Rosa Apud Rabello e Goldenstein (1986)

"**Excepcionais**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/Excepcionais> [consultado em 07-04-2015].

MARTINS, Fernando José. **Educação do Campo**: processo de ocupação social e escolar. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092008000100006&script=sci_arttext, <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1662/185>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

OLIVEIRA, Liliane Assumpção. **Fundamentos Históricos, Biológicos e Legais da Surdez**. Curitiba: IESDE Brasil S.A 2012, disponível em <https://books.google.pt/books?id=H3frsIsVvTkC&pg=PA55&dq=histórico+da+educação+de+surdos&hl=pt-PT&sa=X&ei=QE3KVomPEca8ggSShIEQ&ved=0CC0Q6AEwAw#v=onepage&q=histórico> da educação de surdos&f=false, acesso em 29 de janeiro de 2015.

O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC ; SEESP, 2004. 94 p. : il. (??)

PARECER CNE/CEB 36/2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb36_01.pdf. Acesso em 05 de fevereiro de 2015.

PEREIRA, Osmar Roberto. **Alunos Surdos, Intérpretes de Libras e Professores: Atores em Contato na Universidade**. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/cadernosdeeducacao/article/viewFile/4914/4119> Acesso em 25 de Fevereiro de 2015

PORTAL EDUCAÇÃO- Artigo sobre o bimodalismo - <https://www.portaleducacao.com.br/fonoaudiologia/artigos/31729/bimodalismo-o-que-e#>

PORTAL DO MEC - <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei7853.pdf> - LEI N.º 7.853 de 24 de outubro de 1989

Quadros, Ronice Muller de. Educação de Surdos [recurso eletrônico] : a aquisição da linguagem/Ronice Muller de Quadros. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2008

QUADROS, RONICE MÜLLER- Intérprete da língua brasileira de sinais e língua portuguesa; Pedagoga; Mestre e Doutora em Linguística Aplicada. Professora e pesquisadora da Universidade Luterana do Brasil. E-mail: ronice@ronice.com.br

ROSA, Ana Cristina Silva da. **Classes multisseriadas:** desafios e possibilidades. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/116> acesso em 27 de Fevereiro de 2015.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil/Maria Aparecida Leite Soares.** - 2.ed.- Campinas/SP: Autores associados 2005. disponível em <https://books.google.pt/books?id= D9rlMilOTYC&printsec=frontcover&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+de+surdos&hl=pt-PT&sa=X&ei=8zTKVKnBAsmUNq24grgF&ved=0CCkQ6AEwAA#v=onepage&q=educa%C3%A7%C3%A3o+de+surdos&f=false> acesso em 29 de janeiro de 2015.

Paz, José Flávio da. **TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO:** O intérprete de sinais na prática educativa; José Flávio da Paz e Néstor Raul González Gutiérrez. – São Paulo: AgBook, 2013, 61 páginas. Versão bilíngue:português/espanhol.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

Somos alunas do 8ª período do curso. Na elaboração do nosso TCC abordaremos **INCLUSÃO: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DA LIBRAS NAS ESCOLAS DO CAMPO**. Para tanto, precisamos da sua colaboração respondendo esse questionário que será usado como subsídio para à nossa pesquisa.

1. Você concorda com a inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares?

() sim

() não

2. Você concorda que os alunos surdos tem melhor desenvolvimento em escolas ou salas especiais.

3. Tem alunos surdos na escola em que você leciona? Quantos?

4. Você sente dificuldades em se comunicar com os alunos surdos? Por quê?

5. Você concorda com o uso da língua de sinais em sala de aula? Por quê?

6. Você concorda com a presença interprete de Libras em sala de aula? Por quê?

7. Existe intérprete na sala de aula?

() Sim () Não

8. Em sua opinião os professores da sala regular devem ter formação na Língua de sinais?

9. Você tem curso na área de Libras?

() Sim () Não

10. A inclusão dos alunos surdos acontece de fato na escola? Comente.

11. A escola está apta para atender alunos surdos? Por quê?

12. O aluno surdo apresenta dificuldades em entender os conteúdos explicados em sala de aula? Justifique.

13. Você utiliza estratégias pedagógica com flexibilização de currículo com o aluno surdo?Quais?

14. Você utiliza avaliação diferenciada com seu aluno surdo?Qual?

15. Qual a sua opinião sobre a educação inclusiva?

ANEXOS

